

## **Marx, Educação e Sociologia da Educação**

### **Marx, Education and Sociology of Education**

Por *Iael de Souza*, Professora assistente da Universidade Federal do Piauí, lotada no curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Doutora em Educação pela UNICAMP/SP, Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/Marília. Membro do grupo de pesquisa do NESPEM (Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Emancipação Humana), da UFPI, Teresina e do NETSS (Núcleo de Estudos em Trabalho, Saúde e Subjetividade), da UNICAMP, São Paulo: E-mail: [iaeldeo@gmail.com](mailto:iaeldeo@gmail.com).

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo sistematizar, de modo sumário, as considerações do autor/militante/pensador Karl Marx sobre a educação a partir de sua visão (e posicionamento) histórico-social de mundo, de formação humana, de sociedade e de classe, servindo como material para a disciplina de Sociologia da Educação.

**Palavras-chave:** Marx. Educação. Posicionamento de classe. Sociologia da educação.

#### **Abstract**

This article aims to compile, in a summarized way, the considerations of the author/militant/thinker Karl Marx on education taking on account his historical-social view (and positioning) of the world, his view on human formation, and on society and class. It is intended to serve as material for the discipline of Sociology of Education.

**Keywords:** Marx. Education. Class position. Sociology of education.



## Introdução

Marx é uma personalidade do século XIX (1818-1883). Sua formação intelectual é vasta e erudita, mas também carrega os traços do seu tempo, marcado pela influência das revoluções burguesas, culminância de um longo processo (Renascimento, inovações/invenções técnico-tecnológicas-científicas, Reforma Protestante, Iluminismo) que irá superar o antigo regime e todo o seu *ethos* de vida, supressumido pelo modo de produção capitalista, onde a sociabilidade humana se transforma em uma sociabilidade de/do mercado, sendo animada pela lógica do valor de troca.

Desde muito jovem, inquiriu-se sobre a condição e situação de vida dos trabalhadores. Perturbava-o as contradições postas entre desenvolvimento inigualável das forças produtivas (consubienciado na Revolução Industrial), apropriação privada da riqueza social pelos proprietários dos meios de produção (tornados privados) e a precarização permanente e crescente da vida e condições de trabalho da classe trabalhadora. Por isso, muito cedo, iniciou a crítica ao capital e ao sistema capitalista, cujo desvelamento irá ocupá-lo por toda a vida e será sistematizado através de sua obra máxima, *O Capital*. Nesse processo, primeiramente através da atuação jornalística, depois pela atividade de militância política, envolveu-se nos debates do seu tempo, produzindo obras clássicas, contribuindo para a politização e elevação da consciência de classe dos trabalhadores, bem como para a mobilização e organização da luta de classes entre trabalho e capital.<sup>1</sup>

Mergulhar em sua vida, mediante as biografias então produzidas, sendo a mais recente e elogiada a de Mary Gabriel (2013), invariavelmente, desperta uma profunda admiração no leitor, e naqueles que já estão despertados para a luta contra o capital e o sistema capitalista, uma paixão arrebatadora.

Mas é bem provável que Marx não poderia produzir o que produziu se não fosse pela sua amizade fraternal e inquebrantável – apesar de ter sofrido abalo – com Friedrich Engels, outra figura ímpar e fantástica, que sempre auxiliou a família Marx nos momentos de perrengue, seja de perseguição, financeiros ou de saúde, desde o momento que o laço de amizade foi efetivamente selado. Sendo assim, não é possível falar de Marx sem falar do seu outro: Engels, companheiro na vida, na militância e na luta, além de um intelectual brilhante com produção própria e conjunta com Marx.

1. Ver Souza (2020).



Redigir e elaborar uma reflexão sobre a educação em Marx e suas contribuições para a Sociologia da Educação, além de um enorme desafio – o qual se enfrenta visando produzir um material que possa ser usado na disciplina em questão –, também é uma difícil tarefa de sistematização e síntese. Algumas contribuições já foram feitas (SAVIANI, 2018; CATINI, s/d; PORTO, 2015; NEVES, 2009; SAUL, 2014; FERREIRA JR; BITTAR, 2008), de modo que se pretende uma outra que trabalhe com os dados essenciais já registrados pelos demais – o que é inevitável ao falar sobre as referências à educação em Marx – e faça as conexões com a visão (e posicionamento) de mundo, de homem e de sociedade em Marx.

### Marx e Educação

Marx dedicou sua vida a decifrar o capital e a sociabilidade capitalista para que pudessem ser transcendidos e superados. A *economia política* teve centralidade na produção marxiana, ainda que também tenha se ocupado com filosofia, literatura, poesia, política, estética, e muitas outras ciências naturais, sociais/humanas, afinal, sua forma de pensar era dialética, processo em devir, e a realidade uma totalidade social feita através das relações sociais e de produção, que são contraditórias, conflituosas, de interesses e necessidades irreconciliáveis e irremediáveis entre as classes sociais em luta (luta entre capital e trabalho). Suas obras versam sobre as mediações que fazem essa totalidade social, de modo que encontramos nelas questões relacionadas a cultura, economia, política, filosofia, literatura, ciências naturais, antropologia, história, dentre outras dimensões da vida humana.

A referência à educação aparecerá em uma ou outra obra de Marx, ora direta ora indiretamente, mas não há uma específica sobre o assunto. Mesmo assim, nessas ocasiões, está relacionada com a totalidade social, que é o âmago da reflexão e teoria social marxiana, e com a preocupação essencial do militante e pensador, onde a educação corrobore na criação das condições para a supressão<sup>2</sup> do capital e do capitalismo, tendo em vista o que ela é e o que deve ser numa perspectiva de humanização/hominização do ser humano, de seu desenvolvimento integral, omnilateral, multifacetado.

Na obra *O Capital*, quando discorre sobre o processo de produção em geral, apreende-se por que o *trabalho* é, como mais tarde Lukács (2013) denominou, a *protoforma do ser social*, o complexo dos demais complexos sociais que são engendrados a

2. A “supressão” (*aufhebung*) é uma categoria fundamental do pensamento hegeliano, utilizada por Marx. Engloba três sentidos que compõem momentos do processo de movimento do real: supressão/conservação/elevação, ou, superação/aniquiação/conservação. Acompanha o vir-a-ser do real, onde o SER e o NÃO SER não apenas são aquilo que é e aquilo que não é, como também, determinidades que vão mudando seu estado atual, de modo que o ser se transforma no não-ser e o não-ser em ser; o ser *deixa de ser* e o não-ser *vem a ser*. A supressão é o movimento relativo à transição do que é, *que é, sendo, deixando de ser para ser outra coisa*. Pode-se dizer que, enquanto movimento do real, é mediação. Há, portanto, nos momentos do movimento do SER e NÃO-SER *superação/conservação/elevação*, ou seja, o estado anterior é superado, ainda que conserve sua materialidade substancial, porém adquire novo significado e nova forma, elevando-se em relação a sua determinidade constitutiva anterior, permanecendo aberto a novas determinações. É o movimento perpétuo do *devir*, do *vir-a-ser*, reiterando a imutabilidade da mudança no processo histórico-social.



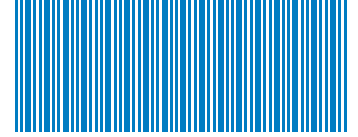
partir dele, como também por que ele proporciona ao ser social que está se fazendo, se tornando humano, sistematizar o seu *saber fazer*, suas experiências existenciais, transmiti-los, acumulá-los e, assim, poder avançar mais e mais no aprimoramento de sua ciência da natureza e da vida social, sem ter que começar tudo do zero a cada nova geração.

É também Lukács (2013) quem nos esclarece que a constituição/produção do ser social tem como complexos imanentes e inerentes, além do trabalho, a *educação*, a *consciência* e a *linguagem*. Estes desenvolvem-se concomitante ao trabalho, formando a totalidade do ser social. A partir desses elementos constitutivos, que têm como momento predominante o trabalho (*educação*, *consciência*, *linguagem*), outros e novos complexos sociais (*filosofia*, *cultura*, *ciência*, *direito* etc.) vão surgindo e adquirindo uma certa *autonomia relativa* em relação a ele e particularidades próprias, embora, por mediações cada vez mais complexas, continuem inextricavelmente a ele ligados.

Apreende-se porque, independentemente das formas de sociabilidade organizadas pelos seres humanos ao longo da produção histórico-social, o trabalho é a condição e pressuposto fundamental à existência de qualquer uma delas. Essa é uma das razões pela qual Marx defende que todo indivíduo social, a partir dos 9 anos de idade, aprenda a produzir os próprios meios de subsistência, iniciando-se na vida produtiva, tornando-se um(a) trabalhador(a), como atesta o excerto da *Instrução aos Delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores*, entre 1866/1867, escrita em paralelo à produção de *O Capital*. Nela, assevera Marx (1982) que qualquer criança desde a idade dos 9 anos, estando numa organização social onde racionalmente todos contribuam com a produção social, pode, e mesmo deve, ser um “trabalhador produtivo”. Todo indivíduo saudável, a partir de certa idade, não pode ignorar a “lei geral da natureza”: “trabalhar para comer”, sendo que o trabalho envolve tanto as mãos (físico, manual) como o cérebro (mental, intelectual).

Atenta, porém, para a *duração do tempo de trabalho*, considerando a idade cronológica, correlacionada a outras dimensões do desenvolvimento biopsicoafetivo do indivíduo. Dos 9 aos 12 anos, trabalhar-se-iam duas horas; dos 13 aos 15, quatro horas; dos 16 aos 17, seis horas.

Ao desenvolver qualquer atividade produtiva que seja, trabalhe-se com o cérebro e com as mãos, pois, como demonstrado pelo



pensador/autor, antes de objetivar a ideia ela já existe na cabeça do indivíduo como prévia ideação, orientando a ação sobre os objetos da realidade, evidenciando que só os seres humanos são capazes de criar algo novo, inédito, de ir além do que está posto a partir, justamente, da apropriação consciente daquilo que existe, resultado de objetivações de outros indivíduos que vieram antes dele, proporcionando a acumulação de um certo saber sobre como se faz e as possibilidades de se fazer determinada coisa. Marx ilustra isto tecendo a comparação entre um arquiteto e as abelhas.

Isto é assim para todas as ações humanas. Qualquer ato (físico ou mental) exige planejamento, todas as ações são teleológicas (finalísticas), há uma unidade entre intelectual e manual, teoria e prática. A dissociação forçada só ocorre com a divisão social do trabalho, que vai se transformando, com o desenvolvimento das forças produtivas e as alterações decorrentes na organização do processo de trabalho e do processo de produção, em divisão técnico-científica-hierárquica-material do trabalho. Assim, aqueles que efetivamente produzem não decidem, não planejam a produção, sobre *o que* produzir, *como* produzir, *para que* produzir, *para quem*. E como os homens são aquilo que produzem e o modo como produzem (MARX; ENGELS, 2007), aqueles indivíduos sociais que apenas executam não são plenamente humanos, assim como aqueles que só administram, planejam e controlam. Ambos são, na verdade, incompletos, fragmentados, unilaterais.

Enquanto Durkheim (1999) fala de uma *divisão do trabalho social*, como se fosse *natural* existir uma divisão entre trabalho manual e intelectual e sua distribuição entre os indivíduos sociais consoante o lugar que ocupam na sociedade, justificando, assim, a forma(ta)ção desigual e dual dada aos filhos da classe trabalhadora e aos filhos da classe capitalista em acordo com a posição e função que irão ocupar e desempenhar nessa divisão técnica-social-hierárquica – garantindo, assim, a inclusão de todos pela *diferenciação* de atividades atribuídas e executadas por cada um –, Marx evidencia que se trata de uma *divisão social do trabalho*, o que significa dizer que há uma desigualdade de condições entre os indivíduos sociais advinda do fato de que a partir de determinado momento histórico-social passaram a existir exploradores e explorados, dominantes e dominados, opressores e oprimidos e daí em diante os exploradores, dominadores, opressores e seus herdeiros e discípulos passaram a ocupar e obter as melhores posições e a melhor formação, geralmente estando em cargos de planejamento, comando, direção, controle, distanciando-se do físico-manual, que coube aos explorados, dominados, oprimidos.



Para Marx a sociedade não é um todo harmonioso, mas sim conflituoso, contraditório, em movimento, devido à luta de classes. Embora em determinado momento histórico-social tenha surgido essa divisão entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, dominantes e dominados, e ao longo da história humana, a partir daí, tenha existido variadas formas de organizações societárias nas quais essas relações tenham se reproduzido, ora como proprietários e escravos, servos e senhores, ora como assalariados e proprietários dos meios de produção, somente no modo de produção capitalista houve uma divisão da sociedade em dois lados antagônicos, irremediáveis e irreconciliáveis: patrão e empregado, trabalhadores e capitalistas, proletariado e burguesia, como exposto por Engels e Marx (1989).

O Estado também é um produto histórico, tendo surgido num momento onde as contradições postas pelas relações sociais se tornaram insustentáveis:

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro (...) É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irremediáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado *aparentemente* por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1991, p. 191. O itálico é meu).

Por conseguinte, tudo o que provém do Estado não é público, mas estatal. Apenas *aparentemente* o Estado está acima dos interesses das classes sociais em luta, porque, em essência, ele passa a existir devido às contradições postas pela luta de classes, nada tendo de imparcial, porque sua razão de ser é garantir a manutenção do modo de produção capitalista e o processo de acumulação do capital, a valorização do valor, sendo, portanto, um *Estado do capital* e um *Estado capitalista*<sup>3</sup>, já que a classe economicamente dominante torna-se, por conseguinte, a classe politicamente dominante. Nas palavras de Engels, (1991, p. 193): o Estado é um *Estado de classes*, no caso, “da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida”.

3. *Estado do Capital*, dado que objetiva assegurar a regulação, regulamentação e administração das relações sociais de produção capitalistas para garantir a extração da mais-valia da força de trabalho, do trabalho assalariado; a sacralidade da propriedade privada, a acumulação exponencial do valor e a reprodução das condições para a manutenção do modo de produção capitalista. Mas também é o *Estado capitalista*, pois as frações da classe dominante dispõem de aparelhos privados de hegemonia (meios de comunicações de massa, institutos, fundações, etc.) para fabricar o senso comum, o consenso, transformando-o em “políticas públicas” e leis, além de deter influência direta e indireta sobre a política e os políticos, os quais acabam sendo intermediários dos interesses e necessidades dessa classe (e não de toda a sociedade) perante o aparelho de Estado, havendo entre eles congruência ideológica. Os que exercem o poder de Estado se unem e beneficiam do poder econômico das classes proprietárias, consecutivamente, dominantes.



Por isso que, para Marx, a educação denominada de pública não é pública, mas estatal. A expressão “pública(o)” assume a função de artimanha jurídica, uma armadilha para nos fazer acreditar que é *igual para todos, de todos*, quando, na verdade, no campo do direito e dos vínculos jurídicos, não há mais igualdade, esta foi substituída por outro termo da jurisprudência: a *equidade*, que significa tratar os concretamente desiguais formal e legalmente como iguais mediante a conquista de direitos e do “direito de ter mais direitos<sup>4</sup>”.

Não é por outra razão que no escrito de 1875, conhecido como *Crítica ao Programa de Gotha*<sup>5</sup>, na seção sobre educação, Marx diga que é o Estado quem *deve ser educado pelo povo*, devendo receber dele *uma educação muitíssimo severa*, e não o Estado ser o educador do povo. Mais do que isso, literalmente diz que uma Educação “Popular” (e não uma Educação “Pública”) pelo Estado é inadmissível e completamente rejeitável, isto porque se for realmente popular deverá ser independente, autônoma e sem qualquer tipo de ingerência do Estado, voltada a atender aos interesses da classe trabalhadora – única possível de expressar e plasmar os interesses do gênero humano –, uma educação com caráter emancipador, capaz de contribuir para o processo de transformação social radical, culminando na supressão do capital e do capitalismo.

Sanfelice (2005), apoiado no marxismo, é enfático:

(...) a educação dada pela escola pública, aquela em que o Estado é o educador do povo, não pode ser considerada pública ou popular. É a escola estatal do Estado educador do povo (SANFELICE, 2005, p. 93).

(...) o Estado sobrepõe-se ao público convertendo o estatal em público, o que é estatal, chamado de público, dificulta o entendimento de que se preservam, com isso, os interesses privados (SANFELICE, 2005, p. 95).

(...) Se o estatal (Estado capitalista) e o privado (propriedade privada) não se confundem com o público (o que pertence a todos), embora na educação estatal e privada se utilize o artifício jurídico de afirmá-las como serviço público; se o que se inicia popular é consumido pelo estatal ou privado e, se o que é popular e permanece popular, não é estatal, privado ou público, então não tivemos e não temos na nossa história, educação pública. Tivemos e temos educação estatal, privada e popular, quando esta última se dá à revelia das políticas estatais de uma educação para o povo (SANFELICE, 2005, p. 102).

4. Algo hoje inexistente, ainda mais quando a luta foi reduzida e rebaixada para “nenhum direito a menos” pelos avanços da política neoliberal e revogação dos direitos conquistados.

5. Relativo à junção dos partidos operários alemães à época.



(...) a educação pública é algo a ser construído no âmbito das relações contraditórias que impulsionam as sociedades e, portanto, os homens, para a superação qualitativa do modo de produção capitalista. (...) Para aquém da dimensão política, para aquém da legislação e do ideológico, (devemos compreender que) a existência da escola estatal para o povo não se confunde com a escola pública do povo, esta sim, o objetivo a ser atingido, no âmbito de uma perspectiva revolucionária (SANFELICE, 2005, p. 103).

Se no *Manifesto Comunista* de 1848 Engels e Marx asseveram a necessidade de um “ensino público gratuito a todas as crianças”, esse público significa, tão somente, que cabe ao Estado apenas *financiar* e *subsidiar* a educação para que ela se massifique, atendendo a todas as crianças, nada mais ou além disso. Afinal, tudo que provém do Estado (que é um Estado do capital e um Estado capitalista) não é público, nem popular, mas sim estatal, servindo a interesses de grupos privados (classe capitalista) revestidos juridicamente como “coisa pública”, a serviço do público.

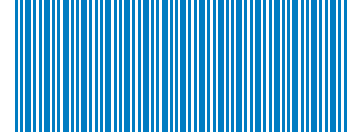
Retomando o escrito das *Instruções aos Delegados do I Congresso da AIT (1866/1867)*, Marx menciona três dimensões essenciais da formação voltada aos trabalhadores: a) a educação intelectual; b) a educação física e c) a educação tecnológica. Ainda que o militante político e pensador não tenha especificado o que entendia por “educação intelectual”, é possível inferir que tenha em vista uma formação integral, *omnilateral*<sup>6</sup> dos seres humanos, dado sua apreensão do trabalho e pela *unidade* nele presente do diverso, que são a teoria e a prática, elementos substanciais para que a prévia ideação possa ser objetivada, materializada. Aqui também está presente sua crítica à *divisão social do trabalho*, que cinde trabalho físico/manual (execução) e trabalho mental/intelectual (projeto), fragmentando e especializando as atividades produtivas humanas. Outro aspecto dessa educação intelectual é a transmissão-assimilação de certos valores<sup>7</sup> sócio-humano-genéricos transistóricos que embasam a orientação ética para uma vida social e forma de sociabilidade que têm no coletivo, no “bem comum” e na “vida boa” para todos seu fim último.

Quanto à “educação física”, não obstante, é preciso considerar que Marx parte das contradições postas pela sociabilidade capitalista. É a partir dela que deverão ser articuladas e organizadas as ações que visam a sua suprassunção. Sendo assim, quando trata da educação física, reporta-se tanto a exercícios que aumentem a resistência física-corporal da classe trabalhadora ante

6. A formação integral, omnilateral, corresponde àquela que funde trabalho intelectual e trabalho manual, teoria e prática, desenvolvendo todas as habilidades, potencialidades e capacidades humanas, não mais restringidas e restritas à classe social que o indivíduo pertença, ao lugar ocupado na produção social, na divisão técnica-hierárquica-social do trabalho, já que tal divisão e relações sociais de produção deixarão de existir numa sociabilidade para além do capital.

7. “(...) o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana” (JAEGGER, 1986, p. 4). Por isso mesmo, a produção de uma nova sociedade depende da produção de um novo homem, com outros valores.





a exploração – cada vez mais aperfeiçoada e enviesada – de suas energias vitais, deteriorando e ceifando anos de sua existência terrena, como também a necessidade de exercícios militares, táticas de guerra e guerrilha, isto porque haverá o momento onde a “arma da crítica” cederá seu lugar à “crítica das armas”, já que a classe capitalista jamais consentirá com o fim da sua dominação. Por isso, a classe trabalhadora e seus filhos devem estar preparados com habilidades físicas e instrução para o manejo de armas quando da necessidade de ações revolucionárias, formando “milícias populares” (NOGUEIRA, 1990).

No que concerne à “educação tecnológica”, não guarda nenhuma relação com a polivalência<sup>8</sup> ou com o ensino profissionalizante. Corresponde à apropriação dos conhecimentos técnicos/tecnológicos relativos ao processo de produção e de trabalho e seus procedimentos. Esses aspectos encontram-se melhor desenvolvidos em Gramsci (*apud* NOSELLA, 2004). Este elenca o *trabalho industrial moderno* como princípio norteador da organização da educação da classe trabalhadora, pois as forças produtivas devem ser entendidas e apropriadas enquanto manifestação objetiva e concreta de formas específicas das relações sociais e de produção, como momentos históricos de condições, circunstâncias e conjunturas determinadas, e não “como autônomas expressões da produção material” (NOSELLA, 2004, p. 185). O centro não são os instrumentos de trabalho, mas sim a história dos homens. “O instrumento de trabalho deve ser estudado como ‘momento histórico’ de evolução das forças materiais de produção e como instrumento da libertação universal do homem rompendo a perversa e unilateral relação de propriedade que representa” (NOSELLA, 2004, p. 185).

A “educação tecnológica” projetada por Marx é a tomada de consciência pelos filhos da classe trabalhadora, e por esta última, de que as forças produtivas são fruto de certo controle e domínio que os homens foram estabelecendo sobre a natureza a partir do momento em que passaram a interagir com ela, um intercâmbio que foi produzindo mudanças qualitativas e substanciais nos modos de produzir as condições materiais de existência e organizar a sociabilidade humana, o mundo dos homens. Ao tornar os instrumentos, ferramentas e demais utensílios mais eficazes, desenvolveram-se técnicas e a descoberta de novos materiais, recursos naturais. O conhecimento das propriedades imanentes do mundo natural propiciaram aos homens o desenvolvimento de tecnologias e ciências, revolucionando o modo de viver a vida, as relações sociais e de produção, bem como as relações de trabalho.

8. Verdadeira intensificação da exploração da força de trabalho pelo aumento de tarefas desempenhadas ao mesmo tempo, sem nenhum acréscimo salarial, levando ao esgotamento físico e mental – além de sofrimento psíquico – do trabalhador(a).



É por isso que os instrumentos e ferramentas de trabalho, as técnicas, tecnologias, enfim, as forças produtivas em geral são, na verdade, a condensação das experiências, experimentos e, a partir de determinado momento histórico-social, das relações de força e poder, tanto em âmbito político quanto econômico, ideológico e sociocultural, estabelecidas entre os homens no decorrer do seu processo de constituição e formação socioeconômica.

Essa descoberta pela classe trabalhadora e seus filhos tem o potencial de criar a condição para a realização, objetiva e concreta, da verdadeira liberdade humana, do trabalho verdadeiramente livre, dado que as forças produtivas poupam o desgaste físico e mental humano, podendo libertar os homens do trabalho voltado à manutenção e reprodução das condições materiais de existência, pois com o nível técnico-tecnológico e científico da produção o tempo de trabalho socialmente necessário (do conjunto da sociabilidade humana) diminui cada vez mais, até chegar ao mínimo possível, permitindo que o trabalho se realize como um *fim em si mesmo*, ou seja, para além da manutenção e reprodução da vida, sendo a *realização da vontade humana*, do arbítrio, momento de exercício de sua liberdade subordinada a um objetivo, a um fim, demonstrando que o processo de trabalho tem uma orientação finalística, que é a realização da vontade humana. Daí o trabalho ser um ato de liberdade, um espaço e um tempo de realização pessoal. Ultrapassa as necessidades naturais ao escolher a forma de realizá-las e satisfazê-las, o mesmo ocorrendo em relação às necessidades sociais-espirituais. É, de fato, a superação do reino da necessidade pelo reino da liberdade.

Essas três dimensões da formação humana têm a condição de produzir um *elevado tipo de homem*, verdadeiramente inteiro, integral, omnilateral e multifacetado em contraposição ao homem fragmentado, incompleto, unilateral, empobrecido da sociabilidade do capital.

Em linhas gerais, essas são as ponderações feitas por Marx (e também por Engels) sobre a educação ao longo de seus escritos (*Manifesto do Partido Comunista*, 1848; *Instruções aos Delegados no I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores – AIT – 1866/1867*; *Crítica ao Programa de Gotha*, 1875). Através delas, e das demais obras produzidas por Marx e Engels, seus continuadores (Lênin, Krupskaya, Makarenko, Pistrak, Gramsci, Lukács, Mészáros, dentre outros) puderam empreender um estudo rigoroso, radical e com visão de conjunto (totalidade social) das relações entre as formações socioeconômicas das sociabilidades



humanas e a educação, refletindo e orientando novas práticas educativas em coerência com a supressão de todas as formas de opressão, exploração e dominação do homem pelo homem, estabelecendo aquilo que viria a ser uma *ação educativa de caráter emancipador*, até mesmo porque a transformação social radical da realidade não é feita pela educação, ela pode, tão somente, corroborar nesse processo, porque a tarefa cabe à organização político-social da classe trabalhadora nos diferentes espaços socioprodutivos, revolucionando as relações de propriedade, de trabalho e de produção. Para isso, necessita de um conhecimento histórico, científico, filosófico e artístico da realidade, dominando o que os dominantes dominam, como lembra Saviani (2007), a fim de poder transcender positivamente a sociabilidade do capital.

### Marx e a Sociologia da Educação – Considerações finais

Mediante o exposto, para Marx a educação é um complexo social que tem na totalidade social, no modo de organização da sociabilidade, seu pressuposto de conformação. Afinal, “ela (a totalidade social) é o momento predominante da relação entre indivíduo-gênero mediada pelo complexo educativo. Portanto, é a sociabilidade quem determina (em determinação recíproca) a forma e o conteúdo da construção genérica do indivíduo efetivada pela educação” (MOREIRA; MACENO, 2012, p. 178 e 179).

Destarte, sendo a sociabilidade organizada para atender aos interesses do capital e dos capitalistas, que é a classe economicamente dominante e, por conseguinte, a politicamente hegemônica, a educação sistematizada e que dá a diretriz às políticas “públicas”-estatais educacionais no território nacional corresponde ao sentido *restrito* e *estrito* da educação. O restrito está em relação direta com a apropriação que é feita da educação pelo capital e capitalistas, direcionando-a e sistematizando-a de modo estrito para atender aos interesses e necessidades do processo de reprodução do capital e da acumulação capitalista.

Por outro lado, a especificidade da educação é, segundo Lukács (2013, p. 178), “influenciar os homens para que reajam de modo desejado diante das novas alternativas de vida”, respondendo às necessidades colocadas pela totalidade social concreta. Ela irá condicionar as atividades educativas segundo a forma como está condicionada a totalidade social historicamente determinada (decorre daí a educação ser condicionada e condicionante), o que nos leva a apreender que



(...) a educação não é propriamente reprodutora nem redentora, também não é revolucionária. Ela expressa as contradições e a própria sociedade em que está inserida. A sociedade estabelece os limites e as possibilidades da educação; estabelece sua qualidade e sua quantidade, sua forma e seu conteúdo (ORSO, 2013, p. 56).

**Numa sociedade de classes, onde a luta de classes está presente no cotidiano através da disputa e enfrentamento de projetos político-educacionais, de políticas “públicas”-estatais, de “emendas parlamentares”, da criação de novas legislações etc., evidenciando os interesses e necessidades antagônicos, irreconciliáveis e irremediáveis entre as classes em litígio permanente, a educação – e mais precisamente a educação escolar e as instituições de ensino –**

é, simultaneamente, reprodutora das estruturas existentes, correia de transmissão da ideologia oficial, domesticação – mas também ameaça à ordem estabelecida e possibilidade de libertação. A escola nem é um local de vitória, de libertação já assegurada, nem o órgão voltado à repressão, o instrumento essencial da reprodução; segundo as relações de força, acompanhando o momento histórico, ela é uma instabilidade mais ou menos aberta a nossa ação. (...) A luta pela escola nunca pode estar separada das lutas sociais no seu conjunto, da luta de classes na sociedade total, da luta contra a divisão em classes (SNYDERS, 2005, p. 102, 103 e 104).

É o que demonstra a teoria histórico-social marxiana/engelsiana, que pensa a realidade em movimento, em processo, atravessada por avanços e recuos, por *contradições*<sup>9</sup> que exigem respostas e enfrentamentos para serem equacionadas de forma que beneficie o gênero humano, permitindo que desenvolva, na plenitude histórica posta e possível, suas potencialidades e capacidades. Por isso, a educação escolar, apesar de seus limites dentro da sociabilidade capitalista, também apresenta contradições, as mesmas postas na totalidade social e que são refletidas pela instituição escolar através de várias mediações, sendo condicionada por elas ao mesmo tempo que também as condiciona, já que *influencia* no modo como os indivíduos sociais percebem, sentem, agem, comportam-se, são, interagem e respondem às situações e circunstâncias existenciais vividas.

**Não por outra razão, diz Freire (2008, p. 112):**

(...) se a educação não pode tudo, alguma coisa fundamental a educação pode. Se a educação não é a chave das transformações sociais, não

**9.** As contradições estão sempre presentes na história do fazer-se humano dos seres sociais. A questão é que essas contradições podem ser de qualidade substantivamente diferenciada numa forma de organização social, de sociabilidade que tenha por fundamento a *produção social* e a *apropriação social* da riqueza socialmente produzida, sendo livremente *planejada* e *controlada* pelo conjunto dos seres humanos, onde todos serão, efetivamente, *trabalhadores produtivos* e desenvolverão o *trabalho associado*, não existindo mais classes sociais, Estado, divisão social do trabalho, propriedade privada e nem qualquer forma de opressão, exploração e dominação do homem pelo homem.



é também simplesmente reprodutora da ideologia dominante. O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade porque assim eu queira, nem tampouco é a perpetuação do “status quo” porque o dominante decreta. O educador e a educadora críticos não podem pensar que, a partir do curso que coordenam ou do seminário que lideram, podem transformar o país. Mas podem demonstrar que é possível mudar. E isto reforça nele ou nela a importância de sua tarefa político-pedagógica.

É preciso ter clareza de que uma das características da educação é que seu objeto é ao mesmo tempo sujeito, de modo que não se trata de uma relação apenas entre sujeito (professor) e objeto (aluno), mas entre sujeito e objeto que é também sujeito, dado que o ato educativo corresponde “a ação sobre uma consciência visando induzi-la a agir de determinada forma” (TONET, 2005, p. 218) e não de outra. Daí a especificidade da educação *influenciar* os indivíduos na forma como respondem aos desafios e problemas existenciais criados por eles próprios (sua geração) ou por outros (gerações precedentes). De modo que o educador, enquanto intelectual orgânico (GIROUX, 1997) de uma classe (da capitalista ou da trabalhadora) pode contribuir para frear ou acelerar a mudança caso questione (ou não) os fundamentos objetivos, histórico-sociais da práxis humana e dos valores correspondentes edificados a partir das relações sociais e de produção construídas pelos homens, agindo na sua prática docente cotidiana como sugere Nosella (2004, p. 53):

A muitos professores e colegas que me perguntam como dar aula enquanto a sociedade e a escola não mudarem, eu próprio comento esse texto de Gramsci (A Universidade Popular): primeiramente, digo-lhes, percorram as etapas pelas quais os homens passaram ao tentar resolver seus problemas frente à natureza e à convivência social: toda disciplina nada mais é que uma série de problemas resolvidos pelos homens numa certa época e região da terra, de uma certa forma e em certas condições. Contem essa História aos alunos e façam com que eles a revivam dramaticamente, recriando assim a problemática e as soluções. Avaliem finalmente se de fato aqueles problemas (de geometria, de matemática, de física, de biologia, de linguística etc., etc.) foram resolvidos apenas para poucos ou para muitos ou para todos os homens.

Outra sugestão é dada por Gramsci (GRAMSCI *apud* NOSELLA, 2004, p. 173):

enquanto a escola for administrada por esse Estado representante dos segmentos sociais mais retrógrados, não há saída a não ser pelo professor



individualmente em nível de seu “trabalho vivente”, ou seja, enquanto está consciente da contraposição cultural entre o universo escolar e o universo social e, por esta consciência, dá suas aulas em conformidade com a cultura superior representada pelos alunos (filhos dos trabalhadores).

### **De qualquer forma, na perspectiva marxiana,**

a educação se transforma ou é transformada à medida em que também se transforma a sociedade, em que a luta se acirra. Novas relações de produção exigem novas relações sociais. Estas suscitam novas representações ideais, novas teorias, novos conceitos, novas ideias, condição para novas ações e novas práticas, para mudanças que possam ir além das do tipo estímulo resposta. Dessa forma, impõe-se mais do que nunca, conhecer cada vez melhor a sociedade, conhecer como ela se movimenta, como se transforma, para poder intervir nela nos momentos adequados. A verdadeira aprendizagem se dá na luta concreta, na percepção de que a sociedade de classes e a sociedade capitalista é inviável ao ser humano; na destruição das promessas e ilusões burguesas. Isso ocorre com as transformações sociais, que vão provocando novas relações e que, por sua vez, vão minando o sistema e desencadeando novas formas de se organizar e se viver socialmente (ORSO, 2013, p. 57 e 58).

**Todas essas considerações demonstram que quem educa, na verdade, é a sociedade através da práxis social e das lutas empreendidas entre as classes sociais na defesa de seus interesses e necessidades, no caso da classe trabalhadora, em defesa de suas condições de vida e trabalho, sendo altamente pedagógicas, ou seja, formadoras e educativas, desvelando aos homens as condições e circunstâncias de sua real condição socioeconômica-cultural e como os demais complexos sociais, como a educação, são condicionados pelas relações sociais e de produção, pelo desenvolvimento das forças produtivas e das contradições gestadas no interior daquelas relações de trabalho, de propriedade e de produção. Como enfatiza Marx nas Teses sobre Feuerbach (s/d, p. 208 e 209):**

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. (...) A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática transformadora.



Logo, como explica Paulino José Orso (2013, p. 57),

Marx reforça a tese de que, quem de fato educa o homem é a sociedade, tanto pelas pessoas que a fazem quanto pelas condições em que vivem. A educação corresponde ao nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção de cada sociedade, em cada época. Assim a educação se transforma ou é transformada à medida em que também se transforma a sociedade, em que a luta se acirra. Novas relações de produção exigem novas relações sociais.

Entende-se, assim, por que uma outra forma de educação só será possível com a supressão do capital e da sociabilidade capitalista para Marx, sendo esta a preocupação central que norteou toda a sua vida. Contudo, enquanto a luta de classes se desenvolve sob as condições e circunstâncias da sociabilidade atual e sua educação correspondente, cabe à classe trabalhadora e aos seus intelectuais orgânicos (os educadores/professores que assumem sua posição de classe) utilizar as brechas dispostas no sistema educacional – além de construir seus próprios espaços formativos, independentes, autônomos das demais instituições sociais reguladas pelo Estado, assim como daquelas mantidas e administradas, diretamente, pelo próprio Estado – para desenvolver o trabalho de *recriação*, *releitura* e *reelaboração* do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, do patrimônio histórico-cultural, artístico-científico-filosófico de acordo com os interesses e necessidades do gênero humano, que tem na classe trabalhadora seu principal sujeito coletivo mediador e promotor.

Realizar “atividades educativas de caráter transformador” ainda na sociabilidade capitalista significa indagar, questionar, provocar, desacomodar, desatropiar e instar os estudantes, principalmente os filhos da classe trabalhadora, à reflexão e à crítica social da organização e funcionamento da realidade, denunciando, desmistificando e desfazendo as ilusões em torno das relações sociais e de produção, evidenciando as contradições postas pelo desenvolvimento das forças produtivas que colocam em xeque o trabalho assalariado, a propriedade privada dos meios de produção, a manutenção das desigualdades sociais, enfim, o próprio cerne do metabolismo sistêmico do capital. Para isso é preciso ter claro que a conquista da hegemonia por parte da classe trabalhadora pressupõe a conquista de determinados elementos e conhecimentos que também lhe pertencem, como: consciência política, social, econômica, além de coerência e concepção de mundo elaborada.



Um outro aspecto essencial é lembrar aquilo que foi ressaltado pelos pedagogos pioneiros da revolução russa, que procuraram criar e colocar em prática uma pedagogia socialista: a nova escola deveria ensinar a juventude e fazê-la sentir, na prática, o *significado do coletivo* e da *auto-organização/ autodireção*. É disso que necessitam os trabalhadores livremente associados: a capacidade de se autodeterminar, de planejar e controlar a produção de suas condições materiais e espirituais de existência coletivamente, socialmente. Daí os fundamentos de uma escola do trabalho serem:

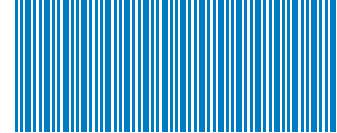
- a) “conhecer os ideais da classe trabalhadora”; b) “saber trabalhar coletivamente, viver coletivamente, construir coletivamente”; c) “saber lutar pelos ideais da classe trabalhadora, lutar tenazmente, sem trégua”; d) “saber organizar a luta, organizar a vida coletiva, e para isso é preciso aprender, não de imediato, mas desde a mais tenra idade, o caminho do trabalho independente, a construção do coletivo independente, pelo caminho do desenvolvimento de hábitos e habilidades de organização” (SHULGIN, 1924, pp. 64-64 *apud* FREITAS, p. 29. In: PISTRAC, 2009).

### De modo que,

a escola é um instrumento de luta no sentido de que permite compreender melhor o mundo (domínio da ciência e da técnica) com a finalidade de transformá-lo, segundo os interesses e anseios da classe trabalhadora (do campo e da cidade), pelo trabalho. (...) (Este, por sua vez,) como tem por exigência ser socialmente útil, (...) não pode limitar-se ao interior da escola. Ocorre na prática social, no meio social, entendendo-se a *escola como continuidade deste meio e não como uma “preparação para este meio”*; como *um lugar onde se organiza a tarefa de conhecer este meio* – com suas contradições, lutas e desafios. (...) as crianças, na Comuna, não estão sendo preparadas para a vida, mas estão vivendo, naquele momento, sua grande vida (FREITAS, pp. 33 e 34. In: PISTRAC, 2009. Os itálicos são meus).

A escola do trabalho é aquela que surge no processo de transitar para a transição do socialismo (estágio inferior do comunismo, como esclarece Marx na *Crítica ao Programa de Gotha*) ao comunismo, produzindo um novo homem para a nova forma de sociabilidade, verdadeiramente humanizadora, porque voltada aos interesses e necessidades do indivíduo e do gênero humano.





## Considerações finais

Por fim, quanto aos professores, educadores, pesquisadores, intelectuais cabe, enquanto função assumida como trabalhadores que se especializaram na arte de ensinar-aprender dentro da divisão técnica social do trabalho, como defende e demonstra Giroux (1997), auxiliar a perspectiva do trabalho e os trabalhadores na captura, aproximação e reflexão da processualidade, objetividade e historicidade do real, já que encontram sérios entraves para avançar nesse árduo e penoso trabalho devido o lugar que ocupam na produção social. Também necessitam realizar seu trabalho da melhor maneira possível perante a limitação das condições dadas, organizando-se e mobilizando-se para lutar pelas melhorias em suas condições de trabalho e de salários, garantindo, assim, o tempo de estudo, reflexão e pesquisa indubitavelmente necessários, e mesmo pressuposto, de sua contribuição para a construção dos valores, ideias, ações, comportamentos, habilidades etc. contra-hegemônicos, superando, por incorporação, a lógica formal pela lógica dialética<sup>10</sup>, para que, na construção conjunta de ações a serem desenvolvidas com os demais professores que também se posicionem enquanto classe, lutem e contribuam para a superação da realidade de classes.

## REFERÊNCIAS

CATINI, Carolina de Roig. **A crítica à educação em Marx:** discussões sobre Educação e Trabalho na teoria marxiana. s/d. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT5/gt5m1c2.pdf>.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** Trad. Eduardo Brandão. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos)

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado** – trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan. 12<sup>a</sup> ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1991.

10. “(...) a lógica dialética não é outra coisa senão o processo de construção do concreto de pensamento (ela é uma lógica concreta) ao passo que a lógica formal é o processo de construção da forma de pensamento (ela é, assim, uma lógica abstrata). Por aí, pode-se compreender o que significa dizer que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal (incorporação, isto quer dizer que a lógica formal já não é tal e sim parte integrante da lógica dialética). Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a mediação do abstrato (mediação da análise, como escrevi em outro lugar ou o ‘detour’ de que fala Kosik). Assim, aquilo que é chamado de lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser a lógica para se converter num momento da lógica dialética. (...) A lógica dialética não tem por objetivo as leis que governam o pensamento enquanto pensamento. Seu objetivo é a expressão, no pensamento, das leis que governam o real. A lógica dialética se caracteriza, pois, pela construção de categorias saturadas de concreto. Pode, pois, ser denominada a lógica dos conteúdos, por oposição à lógica formal que é, como o nome indica, a lógica das formas” (SAVIANI, 2004, p. 4 e 5).



ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 2ªed. Trad. Marco Aurélio Nogueira; Leandro Konder. Org. e Introdução Marco Aurélio Nogueira. Petrópolis: Vozes, 1989.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci. **Interface – Comuc. Saúde e Educ.**, v. 12, n 26, p. 635-646, jul./set. 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 37 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FREITAS, Luiz Carlos. A luta por uma Pedagogia do Meio: revisitando o conceito (2013). *In*: PISTRAK, Moisey M. (Org.). **A Escola-comuna**. Trad. Luiz Carlos de Freitas e Alexandra Marenich. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GABRIEL, Mary. **Amor & Capital – A saga familiar de Karl Marx e a história de uma revolução**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artmed, 1997.

JAEGER, Werner. **PAIDEIA – a formação do homem grego**. São Paulo; Martins Fontes, 1986.

LUKÁCS, George. **Para uma ontologia do ser social**, 2. Trad. Nélío Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fontes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélío Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.



MARX, Karl. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório**. As Diferentes Questões. Lisboa/Moscú, Editorial Avante!/Edições Progresso (traduzido do inglês pelo Prof. José Barata-Moura), 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras Escolhidas**. v. 3. Rio de Janeiro: Editorial Vitória Ltda, s/d.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; MACENO, Talvanes Eugênio. Educação, reprodução social e crise estrutural do capital. In: BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano Accioly Lemos; JIMENEZ, Susana. (Orgs.) **Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução**. 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

NEVES, Sandra Garcia. A produção omnilateral do homem na perspectiva marxista: a educação e o trabalho. **IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia**, PUCPR, 26 a 29 de outubro, 2009.

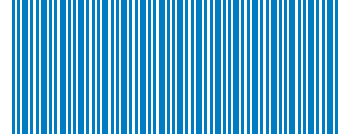
NOGUEIRA, Maria Alice. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. São Paulo: Cortez, 1990.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2004.

ORSO, Paulino José. A educação na sociedade de classes: possibilidades e limites. In: ORSO, Paulino José; GONÇALVES, Sebastião Rodrigues; MATTOS, Valci Maria. (Orgs) **Educação e luta de classes**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PORTO, Camila Castelo B. de Almeida. A Educação da classe trabalhadora: de Marx a Saviani. **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 10, n. 20, p. 451-473, julho/dezembro 2015.

SANFELICE, José Luis. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.) **A escola pública no Brasil – História e Historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005. (Coleção Memória da Educação)



SAUL, Fernanda Quatorze Voltas. A educação no pensamento de Karl Marx. **Revista Veras**, São Paulo, v. 4, n. 1, pp. 25-36, janeiro/junho, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 15. ed, Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea)

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 39 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 5)

SAVIANI, Dermeval. O legado de Karl Marx para a Educação. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 10, n. 1, p. 72-83, mai. 2018.

SOUZA, Iael de. **Marx**: Muito Prazer! Formação intelectual e militância político-social (1842-1848). vol. 1. 1ª ed. Marília, SP: Lutas Anticapital, 2020.

SNYDERS, George. **Escola, classe e luta de classes**. São Paulo: Centauro, 2005.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

Recebido em: 09/02/2022.

Aprovado em: 09/05/2022.

